

Congresso volta a trabalhar na terça-feira

18 NOV 1995

A Câmara e o Senado retomam suas atividades normais na terça-feira, depois de uma folga de 10 dias. Na agenda, a votação em segundo turno do Fundo de Estabilização Financeira (FEF); a instalação da comissão especial que avaliará a emenda da reforma administrativa e a avaliação, pelo Congresso, de pedido de crédito suplementar do Governo para pagar o funcionalismo.

Deverá ser instalada no dia 21 a comissão especial da Câmara que vai avaliar a emenda constitucional da reforma administrativa. O relator da emenda, deputado Moreira Franco (PMDB-RJ), já fez as contas e concluiu que será impossível terminar os trabalhos em 95. A comissão tem prazo de 40 sessões — para a avaliação, o que significa que só deverá votar a proposta no final de janeiro.

Abril — Aprovada pela comissão especial, a emenda à Constituição segue então ao plenário da Câmara, onde precisa ser aprovada em dois turnos, com três quintos dos votos (308 deputados). Terminada a votação na Câmara, a emenda vai para o Senado, para três votações: uma na Comissão de Constituição e Justiça e mais duas no plenário, estas também com a exigência de três quintos dos votos (49 senadores). Os cálculos são de que até abril a emenda ainda esteja tramitando no Senado.

As negociações para a reforma da Previdência serão retomadas na segunda-feira. O relator da proposta na comissão especial, deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM), toma café da manhã com o ministro da Previdência, Reinhold Stephanes. Os dois vinham se desentendendo, mas uma reunião no início da semana com o ministro da Justiça, Nelson Jobim, e o ministro do Planejamento, José Serra, fez com que parassem a briga.

Recursos — O Congresso deverá se reunir a partir de quarta-feira para votar o pedido de crédito suplementar feito pelo Governo, de R\$ 5,5 bilhões, para o pagamento do funcionalismo em novembro e dezembro, além do 13º salário. Os recursos devem ser aprovados, pois sem a liberação do dinheiro deputados, senadores e funcionários do Legislativo correm o risco de ficar sem salário.

A Mesa da Câmara deverá tentar novamente aprovar a mudança no regimento interno, para dificultar a apresentação dos destaques de votação em separado (DVS) nas emendas constitucionais.